Ação contra juiz que liberou grampo ilegal foi destaque da semana

Chamou atenção na última semana uma decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo a validade de um processo contra um juiz do Rio Grande do Norte que havia autorizado grampos de forma ilegal. O Ministério Público apontou que, embora tenha solicitado parte das interceptações telefônicas durante a operação bola de neve, foram feitas mais de 1,8 mil escutas sem processo formal, decisão fundamentada ou requerimento da polícia. A ação, que apontava improbidade administrativa, havia sido extinta em primeira instância, mas o STJ avaliou que o juiz deve responder por esse tipo de ato. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Mulheres da "lava jato"

Em meio à longínqua operação “lava jato”, duas advogadas que atuam no caso acabaram saindo dos bastidores e estampando notícias na imprensa. No dia 16, a advogada Dora Cavalcanti Cordani foi impedida de acompanhar seu cliente em depoimento na Polícia Federal. A delegada Renata da Silva Rodrigues alegou que a profissional também seria ouvida no inquérito, após ter sido interceptado um bilhete no qual o presidente da Odebrecht pedia para a defesa “destruir e-mails sondas”. Entidades que representam a advocacia criticaram a conduta da PF. Já a advogada Beatriz Catta Preta decidiu sair por conta própria do caso e renunciou à defesa de seus clientes. Ela ficou conhecida por ter liderado acordos de delação premiada. *Clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#) para ler sobre o assunto.*

Segredo limitado

A contabilidade das empresas não conta com sigilo fiscal, e por isso autuações do Fisco com base em livros contábeis é legal. Assim entendeu a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ) ao julgar recurso de uma empresa que queria derrubar uma multa. Ainda que esses documentos fossem protegidos, o sigilo não poderia ser oposto à Administração Pública no exercício de sua atividade fiscalizatória, entendeu a corte. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Entrevista da semana

Os advogados britânicos Charlotte Tregunna, do Peters & Peters Solicitors LLP, e Duncan Grieve, do Morrison Foerster, afirmam que é quase obrigatório tentar um acordo na Inglaterra antes de judicializar uma questão. O Judiciário pode até aumentar os custos processuais se, no final do julgamento, perceber que a parte perdedora não tentou antes uma negociação prévia. Eles apontam que qualquer cidadão pode se representar no país, sem a obrigatoriedade de contar com advogado, descrevem como funcionam os recursos e relatam que o Reino Unido passou a adotar novos procedimentos de *compliance* para empresas, como ocorreu recentemente no Brasil. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 738,3 mil visitas e teve 1,2 milhão de visualizações de página entre os dias 17 e 23 de julho. A terça-feira (21/7) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 132,6 mil visitas.

O texto mais lido, com 16,9 mil acessos, foi sobre um concurso público que acabou suspenso por fixar

salário de R\$ 788 nas funções de advogado e procurador do município de Araruama (RJ). O juiz federal Márcio Solter, da 2ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia, considerou que haveria “iminência de dano irreparável, em caso de prosseguimento do certame”. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 16,8 mil leituras, ficou em segundo lugar no ranking a notícia sobre uma ação civil pública que tenta derrubar uma regra que transfere para 2016 o abono de trabalhadores vinculados ao PIS (privados) e ao Pasep (servidores públicos). O adiamento do benefício valerá para quem tem inscrição com final entre 5 e 9, nascidos entre 1º de janeiro e 30 de junho, de acordo com resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). A Defensoria Pública da União afirma que a norma é irregular. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

As 10 mais lidas

[Liminar suspende concurso que previa salário de R\\$ 788 para advogado](#)
[DPU exige na Justiça que pagamento de abono de Pis/Pasep seja feito ainda neste ano](#)
[Consultora identifica estudantes que fazem Direito por razões erradas](#)
[PF impede advogada de acompanhar depoimento de Marcelo Odebrecht](#)
[Pelo novo CPC, melhor opção para juiz com parentes advogados é aposentadoria](#)
[Servidor público que usa carro próprio tem direito a auxílio-transporte](#)
[Após pedido de Lula, CNMP abre procedimento disciplinar contra procurador](#)
[Decisão do STJ causa insegurança aos condomínios](#)
[Advogada especialista em delação desiste de clientes da "lava jato"](#)
[Dilma veta reajuste no Judiciário Federal, por violar "interesse público"](#)

Manchetes da Semana

[Livros contábeis de empresas não são protegidos por sigilo, diz TRF-2](#)
[Juiz que autoriza grampos indevidamente responde por improbidade administrativa](#)
[Governo edita nova Medida Provisória para tributar planejamento fiscal](#)
[Representação policial não pode impedir advogado de atuar no caso](#)
[Confederação questiona uso da TR para atualizar dívidas da Fazenda](#)
[No primeiro semestre de 2015, Supremo julgou 21 recursos com repercussão geral](#)
[Nenhum dos delatores da operação "lava jato" consegue perdão judicial](#)
["Alto preço da Justiça e exigência de tentar acordos reduzem ações na Inglaterra"](#)
[Apenas 12 tribunais estaduais cumprem meta sobre vara de arbitragem](#)
[Adams critica disputa entre CGU e MPF por protagonismo em acordos de leniência](#)

Date Created

25/07/2015